

LUZ NA TORMENTA

**AS PRÁTICAS AMOROSAS EM SERGIPE OITOCENTISTA ATRAVÉS DA
CORRESPONDÊNCIA ENTRE EMÍLIA E JOAQUIM FONTES**

Joelma Dias Matias¹

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar as propostas iniciais de um projeto de pesquisa que busca analisar as práticas amorosas em Sergipe no século XIX a partir da análise da obra *Luz na tormenta* (1948), de Emília Rosa de Marsillac Fontes. Essa obra consiste numa coletânea de cartas trocadas entre a autora e Joaquim Fontes, seu futuro esposo. Pretende-se, ainda, compreender as regras socioculturais que controlavam as práticas amorosas no Brasil do século XIX, bem como examinar as impressões construídas pela sociedade brasileira acerca das práticas amorosas, além de analisar o comportamento feminino diante dessas regras.

Emília Rosa de Marsillac Fontes ou simplesmente Emilinha, como era carinhosamente chamada pelos seus amigos, nasceu na antiga cidade de Laranjeiras, província de Sergipe, em 1871. Filha de Pedro Amâncio de Almeida Motta e de Maria Emília de Marsillac Motta, Emilinha foi criada pelos seus avós maternos até os seis anos de idade, tendo que retornar a companhia dos seus pais, que moravam em Aracaju, após dois tristes episódios que marcaram sua vida, ainda na infância: o falecimento de sua avó em 1877 e uma grave doença que acometeu o seu avô, o francês Jean Baptiste Aimé Du Verdier de Marsillac, enfermidade que o impossibilitou de continuar com a criação da neta (ALBUQUERQUE, 2007, p. 15-40).

Já em Aracaju, na casa de seus pais, Emília ingressou no curso primário e passa a ter aulas com a professora Francina Telles de Menezes. Estudou também um pouco de música com o professor Antonio Paz e piano com Natinha de Andrade. No entanto, não foi possível concluir os seus estudos primários, pois Emília foi surpreendida por mais uma dolorosa perda, o passamento de sua mãe. Tendo que abandonar os seus cursos,

¹ Graduada em História e graduanda em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Especialista em Filosofia pela UFS e em Educação Étnicorracial pela Faculdade São Luís de França. Mestranda em História pela UFS.

Emília, ainda pequena, passou a dedicar-se aos afazeres domésticos (FONTES, 1945-1948, p. 1-6).

Passados alguns anos, Pedro Amâncio de Almeida Motta, pai de Emilia, contraiu novo casamento, embora não admitisse que a filha se relacionasse com nenhum homem ou pensasse em matrimônio. Aos 19 anos de idade e sob a rigidez da educação de seu pai, Emilia recebeu às escondidas uma carta de amor do estudante de Direito Joaquim Fontes, onde ele revelava a sua admiração por ela e demonstrava a intenção de tê-la como sua noiva.

Joaquim Fontes, que nasceu em 1866 no Engenho Salobro em Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, era filho de Joana Fontes da Silva e do Dr. Francisco Joaquim Silva. Apesar de pertencer a uma família pouco afortunada, Joaquim conseguiu concluir seus estudos na Faculdade de Direito do Recife em 1890. Além de possuir grande competência como magistrado, se tornou um famoso rodólogo, diplomado como membro titular da Sociedade Francesa de Roseiristas (ALBUQUERQUE, 2006, p. 1).

Durante cinco anos, Emilia manteve um relacionamento afetivo quase que secreto com Joaquim Fontes. Devido às restrições do seu pai à ideia de casamento, nesse período, os dois enamorados trocaram diversas cartas de amor, prática comum entre os apaixonados dessa época. Segundo Ibarê Dantas:

Com a cumplicidade mútua, o romance prosseguiu, revelando crescente paixão. Mas, o noivado transcorreu de longe, entremeadado de tensões. Nas epístolas dos dois enamorados sensíveis, as interpretações das frases por mais bem intencionadas, por vezes, criavam dúvidas, angústias, preocupações, perda de sono. Mas, geralmente na carta posterior o mal entendido geralmente era desfeito (DANTAS, 2007, p. 43).

Nesse sentido, apesar de todas as adversidades e oposições que sofreu contra o seu relacionamento com o bacharel Joaquim Fontes, Emilia conseguiu se casar, mesmo contrariando a vontade de seu pai. As bodas foram realizadas em sua casa, em 1895, sob a benção do amigo Monsenhor Olímpio de Souza Campos², vigário de Aracaju nesse período.

² Além de vigário, Olympio Campos foi um chefe político de inegável prestígio, exerceu mandatos de Deputado e Senador por Sergipe, além de ter alcançado o posto Presidente do Estado. OLYMPIO DE SOUZA CAMPOS, MONSENHOR. In: GUARANÁ, Manuel Armindo C. **Dicionário bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925, p. 297.

As cartas, testemunhos do amor proibido e do afeto incondicional que Emília e Joaquim sentiam um pelo outro, ficaram sob a guarda da própria Emília por muito tempo. Ela só decidiu torná-las públicas quarenta e seis anos depois de seu casamento e vinte e três anos após o falecimento de seu marido. As cartas deram origem à obra intitulada *Luz na tormenta*, publicada em 1948.

Portanto, após a apresentação do tema desta pesquisa, resta-nos lançar alguns questionamentos que pretendemos equacionar no decorrer da análise, a saber: quais os condicionantes socioculturais das práticas amorosas no Brasil do século XIX? Quais as impressões construídas pela sociedade brasileira oitocentista acerca das normas que regulamentavam as práticas amorosas? Quais os posicionamentos das mulheres sergipanas diante das normas que orientavam as práticas amorosas? De que maneira a obra *Luz na tormenta*, de Emília Fontes, reflete as regras e os posicionamentos das mulheres diante das práticas amorosas em Sergipe no século XIX?

Objetivo Geral

Investigar as práticas amorosas em Sergipe no século XIX a partir da análise das cartas editadas na obra *Luz na tormenta*.

Objetivos Específicos

Compreender as regras socioculturais que controlavam as práticas amorosas no Brasil do século XIX.

Examinar as impressões construídas pela sociedade brasileira do século XIX acerca das normas que regulamentavam as práticas amorosas.

Analisar o comportamento feminino diante das regras socioculturais que controlavam as práticas amorosas no Brasil no século XIX.

Justificativas

As pesquisas sobre as práticas amorosas no Brasil ainda são muito tímidas, uma vez que poucos pesquisadores têm se apropriado desse tema. Nesse sentido, podemos citar a obra *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da*

economia patriarcal (1933), de Gilberto Freyre, como um dos primeiros estudos a mencionar aspectos da intimidade relacionada à sexualidade no Brasil. Na atualidade, Mary Del Priore (2012) pode ser destacada como uma das poucas investigadoras que se dedica ao estudo das práticas amorosas no Brasil.

Em Sergipe, esse assunto ainda não atraiu a atenção dos pesquisadores e nem da academia e, no sentido de colaborarmos com a investigação sobre essa temática em nosso Estado e minimizar as lacunas existentes acerca da produção historiográfica sobre as práticas amorosas em Sergipe no século XIX, pretendemos, com esse estudo, lançar novos olhares acerca dos costumes da sociedade sergipana relativos a essas práticas. Além disso, ainda pretendemos, a partir da divulgação dos resultados desse trabalho, contribuir com o surgimento de novas investigações sobre a sociedade sergipana no que diz respeito o comportamento amoroso.

Referencial Teórico-metodológico

A nossa pesquisa está inserida no campo da História Cultural³, na medida em que tentará compreender as práticas amorosas e suas representações em Sergipe durante o século XIX a partir da obra *Luz na tormenta*, de Emilia Fontes. Nosso estudo será desenvolvido, em boa parte, a partir de leituras e análises de obras de historiadores e sociólogos, a exemplo de Roger Chartier (1990), Norbert Elias (1993), Gilberto Freyre (1995) e Mary del Priore (2012), dentre outros, que tratam não só das práticas amorosas no Brasil no século XIX e das condições socioculturais impostas às mulheres nesse período, como também trazem reflexões acerca das mudanças na construção dos padrões de comportamento impostos pela sociedade em determinadas épocas.

Nesse sentido, para Del Priore (2012), o amor passou por diversas transformações durante os séculos. O amor de ontem não é o mesmo de hoje. No Brasil Colônia, por exemplo, os comportamentos eram controlados pela moral cristã, cada indivíduo tinha seu papel na sociedade. A mulher, por exemplo, deveria cuidar da casa e dos filhos, o homem, como chefe de família, tinha como responsabilidade o provimento

³ A História Cultural é aquela que se atribui o estudo das formas de representação do mundo no seio de um grupo humano cuja natureza pode variar – nacional, regional, social ou política – e que analisa sua gestação, expressão, transmissão (SIRINELLI, 1992 apud TÉTART, 2000, p. 142). De modo genérico, o seus conteúdos devem favorecer uma melhor inteligibilidade do passado mediante o conhecimento do universo mental no qual os homens nascem, crescem, pensam, agem, trabalham e morrem (TÉTART, 2000, p. 142).

do lar. O amor-paixão não tinha espaço entre os corações de homens e mulheres desse período, pois a Igreja Católica e a sociedade cuidavam em frear um sentimento que poderia causar más consequências, necessitando, portanto de um rígido controle com regras civis e religiosas.

A Igreja Católica considerava o casamento uma instituição indissolúvel e aquele que ousasse rompê-lo poderia cometer uma arbitrariedade. Aos olhos da Igreja, a manutenção de uma boa família dependia do respeito e da fidelidade que a mulher deveria, por obrigação, prestar ao marido, sejam eles em quais circunstâncias fossem. Dessa forma, a união entre homens e mulheres não partia de um sentimento comum entre os dois. A mulher era orientada a deitar-se com seu marido e praticar o “sexo lícito” apenas com a finalidade de procriação, verdadeiro e único intuito do matrimônio.

Pequenos gestos de carinho e afeto como um beijo ou uma carícia eram considerados pela Igreja como comportamentos indecentes e perigosos, constituindo-se em pecados graves. Dessa forma, não havia outra alternativa para a mulher senão submeter-se às vontades do seu marido, sujeitando-se a todo tipo de infortúnio na relação conjugal, inclusive o de sentir desejo sexual pelo seu próprio esposo. Nesse sentido:

O desejo sexual constituía-se em um direito exclusivo do homem, cabendo às esposas, a submissão e a virtude. O esforço de adestramento dos afetos, dos amores e da sexualidade, sobretudo a feminina, afinava-se com os objetivos do Estado Moderno e da Igreja, em tornar a relação entre os sexos mais próxima do ideal da sociedade católica, evitando as infrações que o pudessem perturbar. A domesticação do amor conjugal espelhava, assim, a nova ideologia dos tempos modernos. (DEL PRIORE, 2012, p. 30-31).

Dessa forma, uma breve mudança começa a ser constatada no século XIX. O namoro no Nordeste brasileiro, por exemplo, tinha dias e locais marcados. As festas que comemoravam dias santos eram aguardadas com muito entusiasmo e ansiedade pelas moças e moços da região. As missas e procissões eram os momentos dos encontros e reencontros, dos olhares enviesados e das risadas indiretas. Nessa ocasião, todo o cuidado era pouco, sob os olhares vigilantes dos pais, as jovens temiam serem descobertas com quaisquer sinais de interesse pelos galanteios ou paqueras que partiam dos rapazes.

Nesse período, os casamentos arranjados passaram a ser um negócio realizado entre as famílias dos jovens. De preferência, a união matrimonial tinha que ser celebrada entre famílias que ocupassem o mesmo nível social e financeiro, para que, dessa forma, elas pudessem somar as suas fortunas e mantê-las no mesmo círculo de onde nunca houvera de sair. O futuro dos filhos era determinado pelos pais, a união dos patrimônios era mais importante do que a própria felicidade do casal. Nesse sentido, era comum a mulher não escolher o seu futuro marido, pois, como afirma Del Priore

A noção de que a conquista e o galanteio tinha de partir do rapaz, a certeza de que o marido nem sempre seria o rapaz mais desejado, e sim o possível em um mercado matrimonial relativamente restrito pelos pais, impunha à mulher a condição de aceitar com resignação o par imposto pela família (DEL PRIORE, 2012, p. 143).

Dessa forma, a mulher tinha uma participação mais que direta na acumulação de riqueza das famílias, o aumento do patrimônio era, dessa forma, o maior objeto de desejo entre elas. De acordo com Maria Ângela D’Incao, o casamento entre famílias ricas e burguesas era usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do *status* (D’INCAO, 2012, p. 229). Além disso, toda a rigidez da educação e vigilância dos pais sobre as moças era vista como mecanismo existente para a manutenção do sistema de casamento, que envolvia não só alianças políticas como também econômicas.

Já o amor, não tinha qualquer espaço entre as negociações matrimoniais já realizadas, não se questionava o sentimento da moça pelo rapaz ou vice-versa. Quando o namoro não era o desejado pelos pais, acabava resultando, muitas vezes, em fugas. No sertão nordestino, o rapto era uma maneira que a moça arranjava para se casar com o seu par escolhido, como diz Miridan Knox Falci: “a moça raptada mandava avisar a família que só voltaria para casa depois de casada e sem alternativa, os pais acabavam cedendo, mesmo que o casamento não fosse do gosto deles” (FALCI, 2006, p. 267).

O modo como o amor é tratado e vivido varia de acordo com o momento religioso, histórico, político, social e cultural de uma época. Para Jacqueline Cavalcanti Chaves, a noção de amor:

[...] é sempre construída, datada e, conseqüentemente, passível de ser mantida, ordenada e alterada. Esta possível mudança diz respeito tanto ao indivíduo quando à sociedade a qual ele pertence e ocorre em função das expectativas e práticas amorosas da necessidade dos

indivíduos, bem como do imaginário, dos costumes, das crenças e dos valores sociais vigentes (CHAVES, 2006, p. 827).

Nesse sentido, a história nos revela que os modos de pensar e agir de determinada época são mutáveis ao longo do tempo. Segundo o historiador Roger Chartier, é possível identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler (CHARTIER, 1990, p. 17).

A história cultural recente não se contenta em perguntar o que realmente aconteceu, mas antes o que aconteceu sob o ponto de vista do grupo ou indivíduo que está sendo analisado (MAYNARD, 2012, p. 2). Nesse sentido, Norbert Elias (1993), ao refletir sobre as imposições das normas sociais sobre as condutas dos indivíduos, afirma que no curso dos séculos, o padrão de comportamento humano muda muito gradualmente em uma direção específica, a da civilização.

Dessa forma, considerando as proposições acima apresentadas no sentido de que as condutas individuais são orientadas pelas normas impostas pela sociedade e de que a percepção acerca dessas normas se modifica de acordo com o contexto específico a ser analisado, pretendemos, com essa pesquisa, conhecer as regras socioculturais que condicionavam as práticas amorosas no Brasil do século XIX, compreender, nesse mesmo contexto, o comportamento feminino diante das normas que controlavam as práticas amorosas e, principalmente, entender essas práticas em Sergipe no século XIX a partir das experiências expressas na obra *Luz na tormenta* de Emilia Fontes.

Para compreender as práticas amorosas em Sergipe no século XIX utilizaremos, como fonte principal, a obra *Luz na tormenta*⁴, de Emilia Fontes, que como mencionamos alguns parágrafos acima, trata-se de uma compilação de cartas de amor trocadas entre sua autora e Joaquim Fontes. Para tanto, realizaremos uma análise minuciosa das narrativas epistolares presentes nessa obra. Dessa forma, dialogaremos com um referencial teórico-metodológico que trata como produtivo o uso da escrita de si como fonte para a história.

Nesse sentido, de acordo com Philippe Lejeune, escrever sobre si mesmo é uma atividade individual e social que não se restringe aos escritores profissionais (LEJEUNE, 2002, p. 20). Dessa forma, a escrita de si pode se apresentar configurada

⁴ Esta obra encontra-se à disposição dos consulentes na seção de obras sergipanas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

em livros memorialísticos, cartas, cartões postais, fotografias, recortes de jornais ou em objetos do cotidiano que resultem ou não de coleções. Esse conjunto de documentos, ao ter em comum o caráter autorreferencial de seu autor, constituem formas de deixar para a posteridade algo de si e sobre si (MAGALHÃES, 2007, p. 2).

Através da escrita de si os autores elaboram sua versão da vida, dos acontecimentos cotidianos de sua época, enfim, travam um diálogo de si mesmo, um autorretrato escrito. Dessa forma, a carta, uma modalidade deste gênero, faz o escritor “presente” àquele a quem a dirige. E presente não apenas pelas informações que lhe dá acerca da sua vida, das suas atividades, dos seus sucessos e fracassos, das suas venturas ou infortúnios; presente de uma espécie de presença imediata e quase física (FOUCAULT, 1992, p. 8).

Embora a escrita de si seja compreendida como um tipo de registro individual, a historiadora Angela de Castro Gomes afirma que os registros contidos nas correspondências podem ser uma “estratégia eficaz de aproximação das experiências de vida de um tempo e de um lugar, como indícios da (s) cultura (s) de uma época e de uma certa configuração das relações sociais” (GOMES, 2004, p.21).

Assim, através das correspondências é possível detectar maneiras de viver, códigos, ideias que circulavam numa determinada época, a posição social ocupada pelo autor e o seu meio familiar, ou seja, toda realidade sociocultural na qual o autor da escrita de si está inserido.

Dessa forma, para a mulher do século XIX, a escrita de si se configurava em um dos poucos meios de expressão permitidos a ela. Limitada ao espaço doméstico e impedida de se manifestar publicamente, a mulher oitocentista, que segundo Michelle Perrot (1989), se enquadra em uma “categoria indistinta e destinada ao silêncio”, expressava suas emoções, principalmente, por meio da escrita de diários e cartas, um momento de liberdade exercido no silêncio do seu lar.

Condenadas ao espaço privado de suas casas, era no seio do lar que as mulheres do século XIX tinham a liberdade de se expressar, na dimensão privada da experiência emocional pessoal, situando-se no mundo e deixando seu testemunho à posteridade (PEREIRA, 2004, p.5).

Apesar de o casamento e o lar serem os poucos locais de atuação da mulher do século XIX, algumas delas tiveram o privilégio de ser alfabetizadas, chegando a frequentar os bancos de uma escola ou a passar pelas mãos de preceptoras, professoras

particulares, como foi o caso da sergipana Emília Motta que, como mencionamos acima, estudou o primário, mas não chegou a concluí-lo.

Mesmo com a pouca instrução formal que lhe foi concedida, Emilia escreveu diversas cartas de amor para Joaquim Fontes. Essas cartas, se tornaram um espaço privilegiado para o relacionamento amoroso entre os dois. A partir da leitura e análise das narrativas presentes nessas cartas, pretendemos, portanto, acessar a trajetória de vida de Emilia, compreender as normas sociais que restringiam as práticas amorosas em Sergipe no século XIX, bem como examinar o comportamento feminino diante das regras socioculturais que controlavam as práticas amorosas.

Portanto, levando em consideração o fato de a escrita de si refletir as percepções de mundo produzidas e compartilhadas pelos atores de dado contexto sócio-histórico, a análise da obra *Luz na tormenta*, de Emilia Fontes, a ser aqui desenvolvida, possibilitará o conhecimento e a compreensão aprofundada da conjuntura sociocultural em que viveu sua autora e, principalmente, das maneiras como as mulheres sergipanas do século XIX se comportavam diante das regras sociais impostas a elas no tocante às práticas amorosas.

Utilizaremos também, como fontes para a nossa pesquisa, os jornais que circularam na segunda metade da década de 80 do século XIX em Sergipe, tais como o *Jornal do Aracaju*, *O Horizonte* e *Gazeta de Sergipe*, além dos processos criminais que tratam de litígios amorosos entre casais ocorridos durante esse mesmo período. Esses documentos estão disponíveis para consulta, respectivamente, no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e no Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe.

A opção pela análise dessas fontes históricas produzidas em Sergipe na década de 80 do século XIX pode contribuir para uma melhor compreensão das formas como as mulheres refletiam e se posicionavam diante das prescrições que regulamentavam as práticas amorosas do período aqui analisado, momento em que Emilia iniciou seu romance com Joaquim Fontes e em que ocorreu com maior frequência a troca de correspondências de conteúdos amorosos entre eles, as quais foram inseridas na coletânea de missivas que compõem a obra *Luz na tormenta*, fonte privilegiada para o nosso estudo.

Portanto, através da leitura, interpretação e crítica historiográfica desses documentos, pretendemos encontrar indícios sobre o comportamento das mulheres sergipanas relativo às práticas amorosas no período selecionado para a análise.

Hipótese

As práticas amorosas em Sergipe, no século XIX, eram alvo do rígido controle da coletividade, expresso pelas prescrições morais estabelecidas tanto pela família quanto por instituições religiosas, como a Igreja católica. Esse controle incidia, principalmente, sobre as condutas amorosas das mulheres, que eram obrigadas a aceitar o parceiro escolhido e imposto pela família, a manter o celibato até o casamento e a se submeter à autoridade do marido.

Apesar de o comportamento amoroso da mulher está sob a rígida vigilância social, ela, geralmente, acionava estratégias que visavam à ruptura com as regras de comportamento amoroso que a afligiam, resultando em fugas e em uniões matrimoniais consideradas ilícitas. Portanto, não existia, no geral, uma relação harmoniosa entre as práticas amorosas femininas e as regras impostas pela coletividade a este respeito. No entanto, esses desvios de conduta não eram suficientes para colocar em risco a existência e a continuidade das regras que regulamentavam as práticas amorosas.

Referência Bibliográfica

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros, **Memórias de D. Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005, 176. P.

_____. ESCRITA DE SI EM REVISTA: A autobiografia de Emilia Rosa de Marsillac Fontes (1871-1948), Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 36, 2007, 15-40.

BASTOS, Helena Camara. **Uma face do amor**: a arte de escrever cartas. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro. Disponível em: < www.https://www.google.com.br/search?newwindow>. Acesso em 25 mai 2014.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005, 191 p.

_____. **Variedades da História Cultural**. Trad. Alda Porto. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 246.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuel Galhardo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

CHAVES, Jaqueline Cavalcanti. Os amores e o ordenamento das práticas amorosas no Brasil da *Belle époque*. **Análise Social**, Rio de Janeiro, vol. XLI, 2006, 827-845.

COSTA, Lourenço Resende. História e Gênero: A condição feminina no século XIX a partir dos romances de Machado de Assis, **Revista Eletrônica Discentes História.com**, Cachoeira, vol. 1, 2013, 66-81.

DANTAS, Ibarê Costa. Cartas de Emilia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 36, 2007, 41-47.



D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: **História das Mulheres no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Unesp, 2002, 223-240.

DÓRIA, Epifânio. D. Emilia Fontes, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 19, 1945-1948.

FACI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. In: **História das Mulheres no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Unesp, 2002, 241-277.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 30 ed. – Rio de Janeiro: Global, 1933, 768 p.

FONTES, Emilia. **Luz nas Tormentas**, São Paulo, 1948, 382p.

_____. Auto-Biografia, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 19, 1945-1948.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992. 129-160.

GASTAUD, Carla Rodrigues. Práticas epistolares: cartas de amor no século XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____, **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

LEJEUNE, Philippe. **O Pacto Autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Delo Horizonte: UFMG, 2008.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Tecendo memórias. Gustavo Barroso e as escritas de si. In III Jornada da **Revista Ars Histórica**, 2007. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://revistadiscentepghis.wordpress.com/anais-iii-jornada/>>. Acesso em: 02 set. 2014.

MAYNARD. Andreza S. Cruz. A nova História Cultural, suas noções e possibilidades. **Revistamuseitec**, vol. 1, nº 1, 2012. Disponível em: <https://sites.google.com/site/revistamuseitec/sumario>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

MIGNOT, Ana Chrystina V.; BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Tereza S. (Orgs.). **Refúgios do eu**: educação, história e escrita autobiográfica, Florianópolis: Mulheres, 2000.

NORBERT, Elias. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes, Trad. Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, 277p.

PEREIRA: Ana Carolina Huguenin. A escrita feminina no século XIX: As cartas de Flora de Oliveira Lima e Eufrásia Teixeira Leite. **Revista Gênero**. Disponível em:<



<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/search/results>>. Acesso: 20 set. 2014.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In: **Revista de História**. São Paulo, ANPHU/ Marco Zero, vol. 9, nº 18, 1989.

PRIORE, Mary Del. **História do Amor no Brasil**, São Paulo, Contexto, 2012, 330 p.

SANTOS, Marcela Ernesto dos. Autobiografia feminina: a identidade e o preconceito nas memórias de Carolina Maria de Jesus e Maya Angelou. **Revista Iuminart do IFSP**, Sertãozinho, vol. 1, nº 4, 2010.

TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru. EDUSC, 2000.